



MUNICÍPIO DE MELGAÇO

RELATÓRIO DE GESTÃO
2012



RELATÓRIO DE GESTÃO

2012

I – INTRODUÇÃO

Na execução do Orçamento de 2012 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, desenvolvendo-se a execução do orçamento e das Grandes Opções do Plano, de acordo com as regras contabilísticas fixadas nos diplomas legais.

A execução orçamental de 75,30% revela os constrangimentos económicos e financeiros intensificados pela crise económica que se agravou no decorrer do ano de 2012.

A actividade Municipal adaptou-se a esta realidade, canalizando a despesa para áreas consideradas essenciais e orientando o investimento para obras e projectos financiados por Fundos Comunitários apresentando um grau de execução de despesa de 39,59% para o seu Plano Plurianual de Investimentos. Contudo, no reembolso das despesas dos Fundos Comunitários foram verificados atrasos na disponibilização das verbas, atrasos na abertura de avisos bem como constrangimentos na apresentação de candidaturas, factos que se reflectem na execução neste capítulo da receita de capital. Salienta-se a execução a nível do Abastecimento de água e Saneamento Básico as obras concluídas com financiamento do POVT e a Escola de Ensino Superior com financiamento do ON.

A entrada em vigor da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso significou uma mudança de funcionamento dos serviços municipais de forma a instituir procedimentos para o cumprimento das imposições legais, impossibilitando uma gestão ágil da actividade municipal.

Foi dada continuidade às sinergias criadas com as Instituições e associações, os empresários, e mesmo a própria população com o objectivo de promover o desenvolvimento social e económico, através da cooperação institucional e vários apoios como por exemplo o PDSS, o Melgaço Finicia, entre outros.

Para o cumprimento do estipulado na Lei 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) apresenta-se o Relatório de Gestão do Exercício de 2011, de forma a ser apreciado pelo órgão deliberativo, para os efeitos previstos na Lei 18/2006 de 29 de Agosto (Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas).



II - ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES (2008 - 2012)

2.1 - Receitas e Despesas

Nos registo contabilísticos foram utilizados os métodos mais adequados à especificidade inerente aos modos de classificação das receitas e das despesas, por forma a que se tornem claras e visíveis situações e tendências que clarifiquem a situação financeira e patrimonial do Município.

RECEITA

Tipo de Receitas	Ano de Referência	Previstas	Cobradas	Execução (%)
CORRENTES	2008	8.601.184,00 €	7.778.288,74 €	90,43
	2009	8.369.444,00 €	7.490.532,93 €	89,50
	2010	8.940.278,00 €	7.886.685,71 €	88,22
	2011	9.015.480,00 €	7.666.634,94 €	85,03
	2012	9.666.946,00 €	7.842.787,90 €	81,13
CAPITAL	2008	15.661.682,15 €	10.199.225,15 €	65,12
	2009	16.763.620,00 €	8.439.882,29 €	50,35
	2010	11.607.699,26 €	4.753.699,31 €	40,95
	2011	14.513.216,09 €	7.239.221,02 €	49,88
	2012	17.171.324,26 €	6.079.787,04 €	35,41

DESPESA

Tipo de Despesas	Ano De Referência	Previstas	Realizadas	Execução (%)
CORRENTES	2008	9.904.308,19 €	9.036.910,78 €	91,24
	2009	10.663.486,54 €	9.977.987,92 €	93,57
	2010	9.996.584,74 €	9.209.201,79 €	92,12
	2011	10.524.553,89 €	9.833.240,63 €	93,43
	2012	10.621.053,15 €	8.916.075,91 €	83,95
CAPITAL	2008	14.071.840,00 €	11.624.586,15 €	82,61
	2009	16.951.888,98 €	12.764.732,67 €	75,30
	2010	11.464.692,11 €	9.031.669,89 €	78,78
	2011	13.671.221,61 €	9.879.087,92 €	72,26
	2012	15.047.215,60 €	10.413.075,31 €	69,20

VALORES GLOBAIS

Anos	Prevista	Realizada	Execução %
2008	23.976.148,19 €	20.661.496,93 €	86,18
2009	27.615.375,52 €	22.742.720,59 €	82,36
2010	21.461.276,85 €	18.240.871,68 €	84,99
2011	24.195.775,50 €	19.712.328,55 €	81,47
2012	25.668.268,75 €	19.329.151,22 €	75,30



2.2 - Encargos com o pessoal

Evolução do número de Trabalhadores

Ano	Nº de Trabalhadores
2008	231
2009	309
2010	317
2011	317
2012	299

Caracterização dos Trabalhadores por Cargo/Carreira

	Dirigentes Intermedios	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Pessoal de Informatica	Outros (POC, PEPAL, etc)	Total
2010	6	34	57	186	6	28	317
2011	7	31	58	184	5	32	317
2012	7	32	56	175	5	24	299

Despesas com Pessoal

Informação sobre a evolução das despesas com pessoal:

N.º 5 do artigo 50º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais:

	2009	2010	2011	2012
Despesas com Pessoal	4.331.105,28 €	4.569.426,36 €	4.917.826,37 €	4.255.843,26 €
Aquisição de serviços com pessoas singulares	28.356,23 €	18.136,49 €	7.564,18 €	65.391,70 €
TOTAL	4.397.773,57 €	4.587.562,85 €	4.927.401,55 €	4.323.246,96 €
Aumento resultante da actualização dos vencimento dos funcionários públicos		-----	-----	-----
Aumento resultante da delegação de competências da Administração Central		-----	-----	-----
Aumento resultante de disposições legais		-----	-----	-----
Aumento resultante de sentenças judiciais		-----	-----	-----
Aumento		236.795,29 €	337.827,70 €	-604.154,59 €
Nº de aposentações, rescisões ou de cessação do vínculo profissional		48	38	43
Nº de Admissões de pessoal		56	38	25



2.3 - Evolução do endividamento

CAPACIDADE LEGAL DE ENDIVIDAMENTO

Ano de Referência	Limite Legal (Critério) FBM+FGM+FCM/ 4	Limite Legal (Valor)	Pagamento de Amortizações	Pagamento de Juros	Total	Capacidade Utilizada %
2006	6.086.957,00 €/4	1.521.739,25 €	451.112,37 €	215.801,52 €	666.913,89 €	43,83

EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

ANOS	VALOR	Amortizações	Juros
2006	12.861.637,88 €	754.452,73 €	411.279,59 €
2007	11.378.223,56 €	1.530.437,54 €	575.126,28 €
2008	10.614.042,08 €	764.181,48 €	557.663,56 €
2009	12.247.560,03 €	1.058.346,05 €	310.539,59 €
2010	11.253.598,13 €	1.362.384,96 €	157.056,20 €
2011	9.913.459,10 €	1.333.849,97 €	185.952,33 €
2012	8.562.953,54 €	1.350.505,56 €	128.794,11 €

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LIQUIDO MUNICIPAL

(Artigo 37º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais)

Data do reporte	Limites ao endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Situação (Margem/Excesso)	
	Líquido	Médio e longo prazo	Líquido	Médio e longo prazo		Líquido	Médio e longo prazo
	1	2	3	4		6=1-3	7=2-4
31-12-07	8.160.677,98 €	6.528.542,38 €	5.614.640,62 €	6.501.059,23 €	4.877.250,63 €	2.546.037,36 € (margem)	27.483,15 € (margem)
31-12-08	8.661.193,56 €	6.928.954,85 €	8.068.449,00 €	5.996.717,31 €	4.617.324,77 €	592.744,56 € (margem)	932.237,54 € (margem)
31-12-09	9.089.324,04 €	7.271.459,23 €	12.370.141,51 €	7.934.652,14 €	4.312.907,89 €	3.280.817,47 € (excesso)	663.192,91 € (excesso)
31-12-10	9.222.016,08 €	7.377.612,86 €	10.421.346,25 €	6.741.272,73 €	4.512.325,40 €	1.199.330,18 € (excesso)	636.340,13 € (margem)
31-12-11	8.531.526,06 €	6.825.220,85 €	0,00 €	5.770.704,50 €	4.142.754,60 €	8.531.526,06 € (margem)	1.054.516,35 € (margem)
31-03-12	-172.089,47€	6.325.058,93€	-20.535 €	5.548.218 €	4.074.197 €	158.755 € (excesso)	776.841 € (margem)
30-06-12			435.182 €	5.298.360 €	3.981.508 €	614.471 € (excesso)	1.026.699 € (margem)
30-09-12			-331.282 €	5.038.459 €	3.882.541 €	148.393 € (margem)	1.286.600 € (margem)
31-12-12			- 320.284 €	4.787.946 €	3.775.077 €	148.194 € (margem)	1.537.113 € (margem)

RELAÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS

ANOS	VALOR
2008	4.839.968,72 €
2009	5.067.778,79 €
2010	5.173.011,34 €
2011	4.780.256,77 €
2012	4.725.676,37 €



III.- Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)

O Município de Melgaço, por deliberação da Assembleia Municipal, de 28-09-2012 aderiu ao PAEL, no âmbito do Programa II, criado pela Lei 43/2012 de 28 de agosto e Portaria 281-A/2012 de 14 de Setembro, com o objectivo de proceder à regularização do pagamento de dívidas a fornecedores vencidas há mais de 90 dias à data de 31 de Março de 2012.

A informação à Assembleia Municipal, prevista no artigo 12º da Lei 43/2012 de 28 de agosto, será efectuada trimestralmente e elaborado anexo ao Relatório da Conta de Gerência relativo à execução do PAEL.

O contrato de empréstimo relativo ao PAEL outorgado em 16/11/2012, foi objecto de um aditamento em 05-02-2013 fixando o valor em 2.130.366,25 €. O visto do Tribunal de Contas foi obtido em 03/04/2012.

O Município aguarda a transferência da 1ª tranche, de 70% do montante do empréstimo (1.491.256,38€) para iniciar os pagamentos de acordo com o artigo 12º da Portaria 281-A/2012 de 14 de Setembro.



V – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício de 2012 no montante de 341.516,32 €, de acordo com o definido no ponto 2.7.3. do DL 54-A/99 de 22 de Fevereiro com as respectivas rectificações:

Após a transferência do Resultado Líquido do Exercício para a conta 59 "Resultados Transitados", a distribuição do saldo existente da seguinte forma:

- reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 – Património corresponda a 20% do Activo Líquido
- constituir o reforço anual da conta 571 – Reservas Legais no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.
- reforço das reservas livres pelo montante do valor remanescente.

O Presidente da Câmara Municipal

António Rui Esteves Solheiro